

Violências contra pessoas transgênero no Brasil: uma revisão integrativa

ARTIGO

Iasminny Loiola Teixeiraⁱ 

Universidade Maurício de Nassau, Fortaleza, CE, Brasil

Keila Andrade Haiashidaⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Priscila Andrade Haiashidaⁱⁱⁱ 

Universidade Maurício de Nassau, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

Objetivou-se por meio desta pesquisa integrativa, identificar, analisar e sintetizar as pesquisas que abordaram pessoas transgênero e as diversas violências sofridas por elas. A pesquisa foi desenvolvida em duas bases de dados: *Medline* e *Index Psicologia*, mediante critérios de inclusão e de exclusão considerados com rigor técnico e ético. Assim, foi realizada a coleta de dados, de onde foram extraídas as informações centrais dos trabalhos. Foram selecionados 15 artigos para análise, todos voltados para as violências sofridas pelas pessoas LGBTQIA+. A pergunta norteadora foi: como as violências destinadas contra pessoas transgênero tem sido abordadas nas pesquisas científicas? Dessa forma, identificou-se 3 categorias: estudos que abordaram perfis sociodemográficos e temporal da violência, tipos de violência e sofrimento psíquico. Os textos analisados indicaram a necessidade de implementação de políticas públicas que atendam às demandas dessa população, implicando-se assim com o aumento da visibilidade e cuidado biopsicossocial para com tais pessoas.

Palavras-chave: Transgênero. Violências. LGBTQIA+.

Violence against transgender people in Brazil: an integrative review

Abstract

The aim of this integrative research was to identify, analyze, and summarize studies that address transgender people and the various types of violence experienced by them. The research was conducted using two databases: Medline and Index Psychology, using inclusion and exclusion criteria that were rigorously and ethically established. Thus, data was collected, and the central information from the studies were extracted. A total of 15 articles were selected for analysis, all focused on the violence suffered by LGBTQIA+ people. The guiding question was: how has violence against transgender people been addressed in scientific research? The analysis identified 3 categories: studies addressing sociodemographic profiles and the temporal aspect of violence, types of violence, and psychological suffering. The texts analyzed indicated the need to implement public policies that meet the demands of this population, thus implying increased visibility and biopsychosocial care for such people.

Keywords: Transgender. Violence. LGBTQIA+.

1 Introdução

2

A discussão sobre identidade de gênero tem sido realizada em diversas áreas de conhecimento. “O termo pessoa transgênero faz referência a um grupo de indivíduos que se reconhecem dentro de identidades de gênero estabelecidas socialmente” (Silva *et al.* 2020, p. 2). A amplitude conceitual de transgênero também pode abarcar as pessoas que não são consideradas nem do sexo masculino nem do sexo feminino.

Desse modo, socialmente temos uma ruptura com o binarismo, sobretudo no período de transição de imagem corporal e de autoconceito. (Silva *et al.* 2020). “Muitas pessoas transgridem de uma forma mais intensa as normas de gênero, a exemplo das travestis, transexuais, transgêneras, pessoas não binárias, com gênero fluido” (Colling, 2018, p. 34).

É fundamental lembrar que identidade sexual é diferente de identidade de gênero. A primeira diz respeito à nomeação que a pessoa dá a própria sexualidade, já a segunda é a autocategorização do gênero da pessoa. As identidades sexuais mais comuns são: heterossexual, homossexual, lésbica, bissexual, pansexual e assexual (Catelan; Sardinha, 2023).

Colling (2018) apresenta essa discussão dentro dos estudos *queer* ou *cuir* (como vem sendo usado no Brasil). “*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2003, p. 38). Por essa razão, os ativistas tentaram positivar o termo, de modo que o movimento *queer* passa a perceber pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero), como praticantes de uma vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas. “Nesse sentido, um dos maiores esforços reside na crítica ao que se convencionou chamar de heteronormatividade, defendida por aqueles que veem o modelo heterossexual como o único correto” (Colling, 2028, p. 25). O movimento *cuir* inicia, no Brasil, a partir de alguns coletivos do movimento social e ganha força devido à necessidade de dar visibilidade à diversidade e combater os mais diversos contextos de violência e o discurso de ódio destinado a tais corpos.

A relevância do debate sobre violência contra pessoas da comunidade LGBTQIA+ está subsidiada por dados alarmantes. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024”:

Em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos, produzidos desde 2017, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1179 (um mil cento e setenta e nove) assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias brasileiras. (Benevides, 2025, p. 63).

Infelizmente, embora os números chamem atenção, existe a percepção pelos especialistas de que há subnotificação, que deriva da invisibilidade da transfobia pelo Estado. “Quando o Estado ignora a transfobia e as violências que têm a identidade de gênero como alvo, a mensagem que passa é dolorosa: vidas trans não importam” (Benevides, 2025, p. 63).

Casos como o da travesti Dandara dos Santos, espancada até a morte em Fortaleza, Ceará, em 2017, exemplificam a gravidade da violência contra a população LGBTQIA+: “Os seis acusados foram condenados por crime triplamente qualificado: sem chance de defesa à vítima, motivo torpe e crueldade” (Xerez, 2025, p. 01). Na época, a deputada federal Luizianne Lins redigiu o Projeto de Lei nº 7292/17, que considerava o LGBTcídio como homicídio qualificado e o enquadrava como crime hediondo. “A relatora na comissão, deputada Erika Kokay, ampliou o texto original para incluir como LGBTcídio o homicídio cometido contra homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e intersexos, pois a escrita inicial apontava apenas homossexuais e travestis” (Miranda, 2024, p. 1).

No dossiê organizado por Benevides (2025), tem-se o número de assassinatos por Estado. O Ceará ocupa a 3ª colocação em nível nacional: “Em 2024, São Paulo liderou o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil, com 16 casos registrados. Minas Gerais ocupou a 2ª posição, com 12 ocorrências, seguido pelo Ceará, que contabilizou 11 casos” (Benevides, 2025, p. 65).

No que se refere ao perfil das vítimas, o público mais vulnerável “são jovens trans entre 15 e 29 anos”. O perfil socioeconômico das vítimas permanece o mesmo nos últimos 8 anos, “são pessoas empobrecidas, em contexto de precariedade social, que utilizam o trabalho sexual como fonte primária ou secundária de renda”, sendo este meio, muitas vezes, sua única fonte de renda, pois o mercado está fechado para contratação e qualificação dessas pessoas (Benevides, 2025, p. 68 e 71).

“Um estudo divulgado em maio de 2024 destaca que apenas 0,38% dos postos de trabalho formais no país são ocupados por pessoas trans¹”, o que denuncia o forte preconceito enfrentado por esse grupo.

Na coleta de dados de 2024, dentre os 86 casos em que foi possível determinar a raça/cor das vítimas, observou-se que pelo menos 78% das vítimas, eram pessoas trans negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial). O Brasil segue como o país do transfeminicídio. Travestis e mulheres trans representam 97% das mortes (Benevides, 2025, p. 75 e 76).

Esses dados evidenciam o porquê de o Brasil permanecer, pelo 15º ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas trans do mundo, segundo a TGEU (*Transgender Europe*). A preocupação com a violência a grupos mais vulneráveis vem sendo debatida pelas autoras no Laboratório de Estudos em Gênero, Sexualidade e Psicologia (LABGESP) do Centro Universitário Maurício de Nassau, que tem por objetivo promover reflexões sobre gênero e sexualidade no contexto das intervenções psicológicas, visando à formação de profissionais mais conscientes, inclusivos e tecnicamente sensíveis.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar, analisar e sintetizar as pesquisas que abordaram pessoas transgênero e as diversas violências sofridas por elas, em duas bases de dados: *Medline* e *Index Psicologia*. Para isso procede-se a uma revisão integrativa, que teve como critérios de inclusão: texto completo, em Língua Portuguesa, publicado nos últimos 5 anos, que tivessem no título, assunto ou resumo o descritor

¹ G1, Estudo revela que 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans, **GloboNews – Jornal das Dez**, 15 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/05/15/estudo-revela-que-038percent-dos-postosde-trabalho-no-pais-sao-ocupados-por-pessoas-trans.ghml>. Acesso em: 18 maio 2025.

“transgênero AND violência”, sendo os critérios de exclusão: textos que não contribuíram com o escopo de pesquisa do estudo, bem como artigos que dissertavam sobre contextos estrangeiros vivenciados pela comunidade da pesquisa.

O artigo está dividido em quatro seções: esta introdutória, com contextualização do objeto de estudo, problemática, objetivo e metodologia; a seção metodológica, com delineamento da pesquisa; análise e discussão dos resultados; e considerações finais.

2 Metodologia

A pesquisa se caracterizou como uma revisão integrativa que, segundo Souza, Silva e Carvalho “é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (2010, p. 102). Desse modo, foi feito um levantamento para destacar as principais descobertas e as possibilidades que são evidenciadas.

A revisão integrativa [...] Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p. 103).

A revisão integrativa de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 104 e 105) possui 6 etapas para elaboração da revisão integrativa, são elas: 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem na literatura; 3) coleta de dados; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados; 6) apresentação da revisão integrativa.

2.1 Elaboração da pergunta norteadora

A definição da problemática da pesquisa, ou pergunta que se pretende responder, é importantíssima, pois sem esse questionamento inicial não existe razão para pesquisar. A problemática também auxilia na escolha dos estudos que serão incluídos. Para essa

pesquisa, a pergunta norteadora foi: como a violência contra pessoas transgêneras tem sido abordada nas pesquisas científicas?

2.2 Busca por amostragem nas bases de dados

6

Inicialmente, foram acessados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para definir os descritores que seriam usados nos repositórios de pesquisa. Pretendia-se utilizar o termo “transexual”, entretanto o descritor listado foi “pessoa transgênero”, de modo que se optou por essa designação. Ainda que, ao longo do trabalho, outras denominações tenham sido utilizadas, como: transgênero, transexual e pessoa trans. Essa variação ocorreu principalmente em função da fonte que subsidiou a escrita.

Na sequência, foi iniciada a busca na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) com o descritor “transgênero” sem nenhum critério de inclusão e exclusão. Identificamos 9.382 trabalhos; ao optar pela *Medline*, esse número caiu para 80. Na sequência, inseriu-se os seguintes critérios de inclusão: texto completo, em Língua Portuguesa, publicados nos últimos 5 anos e para especificar melhor foi articulado um novo descritor, com uso do operador booleano (AND). Ao inserir “transgênero AND violência”, obteve-se 9 artigos, que foram lidos na íntegra e dos quais 8 serão usados na análise.

O mesmo *modus operandi* foi replicado na *Index Psicologia*. Contudo, na primeira busca, foram encontrados 85 artigos, e com o descritor combinado “transgênero AND violência”, reduziu para 10 artigos, sendo 7 incorporados à pesquisa. Desse modo, 16 trabalhos integram essa revisão.

Quadro 1 — Pesquisa nas Bases de Dados

Plataforma	Descritor	Resultado Quantitativo
BVS	transgênero	9.382 artigos
Medline	transgênero	80 artigos
Medline	transgênero AND violência	9 artigos
Index Psicologia	transgênero	85 artigos
Index Psicologia	transgênero AND violência	10 artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

2.3 Coleta de dados

Para coleta de dados, optou-se por extrair as informações centrais dos artigos selecionados, a saber: título, objetivos, autoria, ano, base de dados e tipo de produção, que estão sistematizados no Quadro 2. Aspectos importantes que possam assegurar que a totalidade dos dados seja contemplada e, principalmente, que mantenham maior correlação com a problemática da pesquisa serão discutidos na análise crítica dos estudos incluídos. O Quadro 2 encontra-se disponível para consulta no repositório Zenodo, no seguinte link: <https://zenodo.org/records/15392623> (Quadro 2 — Materiais bibliográficos identificados na triagem).

3 Resultados e Discussão

3.1 Análise crítica dos estudos incluídos

Foram selecionados 15 artigos para análise, todos com abordagem relacionada a pessoas LGBTQIA+ e violências sofridas por este público. Foi dada ênfase aos aspectos relacionados às pessoas transgêneras. Muitos artigos integraram dossiês temáticos, o que reforça a importância desse tipo de coletânea para o incremento e a divulgação das pesquisas na área. Os trabalhos foram agrupados conforme indica o quadro 3.

Quadro 3 — Temáticas dos artigos analisados

Quantidade	Temática
3	Perfis sociodemográficos e temporal da violência
5	Tipos de violência
7	Sufrimento Psíquico

8

Fonte: Elaborado pelas autoras

Do total, 3 trabalhos permitem compreender o perfil sociodemográfico e temporal da violência contra pessoas LGBTQIA+, com delineamento das características das vítimas e agressores e distribuição de casos pelo país. Nos tipos de violência, destaca-se a homofobia, violência inter e intrapessoal e autoprovocada. No tocante ao sofrimento psíquico, percebe-se a vulnerabilidade de pessoas transgêneras, inclusive com casos de depressão e ideação suicida. Na sequência, será feita uma breve apresentação de cada artigo.

O trabalho de Lacerda e Azevedo (2024) se caracteriza como um estudo transversal que, a partir de dados do SINAN/DATASUS, definiu perfis sociodemográficos. As características socioeconômicas e demográficas correlacionadas ao contexto da violência experimentada por pessoas LGBTQIA+ vêm sendo apontada nas pesquisas. A questão racial também emerge como fator preponderante: mulheres transexuais negras sofrem mais violência que mulheres transexuais brancas. Homens transexuais negros sofrem mais violência que homens transexuais brancos. A situação de travestis é ainda mais grave, 65% dos casos de violência envolvem travestis negras. Em contrapartida, travestis brancas representam 31% (Cerqueira; Bueno, 2023).

Observou-se uma diferença estatística na frequência dos episódios de repetição da violência praticada por parceiros íntimos contra pessoas transexuais. No Sul, destacou-se maior frequência de repetição dos casos, especialmente entre aqueles com ensino fundamental e em pessoas com deficiência física ou transtorno mental. Também foi notada uma disparidade nos grupos de pessoas do Norte, de origem amarela ou indígena e lésbicas que foram menos encaminhadas (Lacerda; Azevedo, 2024, p. 10).

A concentração dos casos nessas duas regiões sugere especificidades geográficas, é preciso ter cuidado com a leitura do dado. Não significa, por exemplo, que no Sul haja mais violência e, no Norte, menos casos de violência. Para uma análise precisa, é preciso investigar as políticas de prevenção, as redes de suporte a pessoas em situação de vulnerabilidade, a facilidade ou dificuldade de acesso aos serviços de apoio, o conhecimento acerca dos direitos, dentre outros fatores que podem facilitar ou dificultar as notificações.

Dias *et al.* (2024) também aborda o perfil sociodemográfico, no entanto, relacionando-o ao acesso a serviços socioassistenciais e de saúde entre pessoas trans e travestis em situação de rua em Salvador. Conforme sistematizado no quadro 3, “o perfil da amostra foi composto por mulheres trans, jovens, pretas, solteiras e com ocupação informal” (p. 2). A dificuldade de acesso aos serviços de saúde ou socioassistenciais é multicausal, mas destaca-se a ausência de documentos e a discriminação social/racial como aspectos que merecem destaque. Não se pode desconsiderar o preconceito contra pessoas em situação de rua e a falta de formação dos profissionais.

Marinho Neto, Tomazelli e Girianelli (2024, p. 2) mostram o quanto a violência é um fenômeno complexo e se debruçam sobre dois tipos de violência: a autoprovocada e a interpessoal. A violência autoprovocada se caracteriza como “um ato de autoagressão do indivíduo, causando ferimentos leves ou graves e até mesmo comportamentos suicidas” (p. 2). Já a violência interpessoal existe quando há “uso de força física, poder ou influência psicológica para dominação ou exclusão do outro” (p. 2), podendo ser doméstica (quando os agressores são familiares ou convivem no espaço doméstico) e comunitária (quando os agressores são desconhecidos ou conhecidos, mas sem vínculo familiar). A pesquisa mostra ainda que:

Identificou-se que 1,7% das notificações de violência no país, ocorreram contra a população trans. A violência autoprovocada e a sexual aumentaram de 2015 a 2022. Quase metade dos municípios brasileiros já estão notificando violências que atingem essa população. (Marinho Neto; Tomazelli; Girianelli, 2024, p. 2).

Dentre essas notificações, a maioria foi de violência interpessoal (66,6%). Embora o percentual de notificação de violência autoprovocada (28,9%) seja menor, ele vem aumentando. Dentre os tipos de violência interpessoal, destacam-se a violência física (87,5%), seguida de violência psicológica (35,3%). “A maioria das notificações de violência na população transgênera foi referente às mulheres, sendo 82,0% das violências interpessoais e 77,6% das autoprovocadas” (Marinho Neto; Tomazelli; Girianelli, 2024, p. 7).

A pesquisa de Hentges *et al.* (2024) aborda a violência sexual em mulheres trans e travestis (MTT) e mostra que, em um total de 1.317 mulheres trans e travestis entrevistadas, 698 (53%) sofreram violência sexual durante a vida, sendo que, para 186 destas, a violência ocorreu durante sua iniciação sexual.

A maioria das MTT tinha entre 18 e 29 anos (46,5%), era da raça/cor preta ou parda (70,8%), tinha de oito a 11 anos de estudo (54,2%), e renda de até um salário-mínimo (49,5%). Das respondentes “41,4% declararam ser profissionais do sexo e 73,4% já havia praticado sexo comercial na vida. Nos 12 meses anteriores ao estudo, 55,2% das entrevistadas usaram alguma droga ilícita” (Hentges *et al.*, 2024, p. 04).

No que se refere à violência sexual no estudo de Hentges *et al.* (2024), do total de MTT que sofreram violência sexual, 64,4% relataram que a violência não foi um episódio único, ocorrendo em mais de uma ocasião. Os perpetradores mais frequentes eram desconhecidos (36,4%), a maioria não procurou um serviço de saúde (93,2%), não denunciou à polícia (93,9%) e não buscou apoio de familiares ou amigos (86,5%). “[...] a violência sexual entre as MTT está associada a fatores como moradia inadequada, envolvimento em sexo transacional em algum momento da vida, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e pior bem-estar emocional” (Hentges *et al.*, 2024, p. 5).

Coincidente com o estudo de Lacerda e Azevedo (2024), a violência entre parceiros íntimos é prevalente na população trans, e conforme Dias *et al.* (2024) há maior ocorrência de violência sexual entre mulheres trans e travestis desabrigadas ou que residem em abrigos.

Marinho Neto e Girianelli (2024), no artigo *Violência interpessoal em mulheres transgêneras e cisgêneras nos municípios brasileiros: tendências e características*, retomam o tema violência interpessoal. As autoras ampliam o estudo para analisar as notificações de pessoas cisgêneras e transgêneras. O estudo analisou 605.983 casos, destes, 11.211 ocorreram com mulheres transgêneras (1,8%).

Em relação aos municípios notificantes, 84,8% registraram violência contra mulheres cisgêneras, variando de 74,0% na região Nordeste a 92,7% na região Sudeste. Já em relação às mulheres transgêneras apenas 31,7% dos municípios notificaram, variando de 20,2% na região Nordeste a 46,9% na região Sudeste (Marinho Neto; Girianelli, 2024, p. 3).

Para entender esses percentuais, é interessante lembrar do Dossiê organizado por Benevides (2025), que destaca a subnotificação em casos de violência contra pessoas trans e travestis. Lacerda e Azevedo (2024) chamam atenção para aspectos que podem facilitar ou dificultar as notificações. Hentges *et al.* (2024) mostraram que mais de 90% não denunciam ou não buscam apoio. O crime de exploração sexual foi proporcionalmente maior nas mulheres transgêneras, isso porque mulheres transexuais e travestis são mais cooptadas pelo tráfico com finalidade de exploração sexual.

São inúmeros os dados relacionados à violência contra pessoas transgênero, em especial porque a própria percepção sobre esses grupos é distorcida. Butler afirma:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalisão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor. (Butler, 2003, p. 37).

Dantas *et al.* (2024) tratam da parentalidade exercida por homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. Essa parentalidade passa a ser submetida a padrões rigorosos de julgamento e condenação, passando a ser invisibilizada e até violentada.

Na experiência da parentalidade dos interlocutores há o desejo de ser reconhecido como pai e não mais como mãe, e este movimento revela os significados culturais da paternidade e os sentidos individuais por eles atribuídos (Dantas *et al.*, 2024, p. 3).

Essa resistência da sociedade à mudança no exercício parental é influenciada pelo binarismo estrutural, que desconsidera as outras identidades de gênero. Percebe-se que práticas de violências reforçam as vulnerabilidades sociais e provocaram sofrimento psíquico em homens trans que engravidam antes da transição de gênero.

O estudo de Lobo *et al.* (2023, p. 1) objetivou “analisar as consequências da transfobia na saúde de homens trans e pessoas transmasculinas”. Os resultados apontam que a transfobia trouxe repercussões intra e interpessoais na vida e saúde de homens trans e de pessoas transmasculinas que frequentam serviços de saúde.

Repercussões interpessoais: violências no espaço privado com esgarçamento de vínculos familiares; experiência de estigmatizado e estratégias de proteção da identidade trans e discriminação no espaço escolar, limita oportunidades profissionais. **Repercussões intrapessoais:** Barreiras para o autocuidado e acesso ao cuidado profissional; consequências sobre a saúde psicoemocional (Lobo *et al.*, 2023, p. 04).

Santos e Aléssio (2023) chamam atenção para a homofobia entre fãs do jogo *League of Legends*. Para análise, foram definidas 4 classes, que agrupavam a maior quantidade de comentários: Classe 1) debate sobre a sexualidade dos campeões: a inclusão de personagens homoafetivos causa discussões entre os jogadores; Classe 2) representatividade no LoL: defesa da necessidade da Riot Games investir em personagens que fujam dos padrões da heteronormatividade; Classe 3) confronto entre as histórias de Varus: aqui há embates entre a história antiga na qual o campeão tinha familiares e a versão nova, que enfatizam a importância da representatividade LGBTQIA+ no LoL e Classe 4) estratégia empresarial: comentários que questionam as intenções da Riot Games pela inclusão de personagens homossexuais na história do campeão Varus.

Os embates entre jogadores evidenciam a existência de um conflito entre grupos: de um lado tem-se comentários “realizados majoritariamente por homens heterossexuais, que se utilizam do preconceito sutil para manter a heteronormatividade” (Santos; Aléssio, 2023, p. 1), de outro, comentários robustecem o valor da diversidade nos jogos digitais. O que se percebe são manifestações de violência simbólica pautada na diversidade de gênero.

Boffi e Santos (2023, p. 1) abordam as “percepções e expectativas dos homens trans acerca dos relacionamentos afetivo-sexuais no cenário pós-transição de gênero”. Os resultados indicam que os homens trans declaram menos oportunidades de relacionamentos afetivo-sexuais depois da transição de gênero.

[Pesquisadora] você acha que, depois da sua transição, o leque de pessoas com quem você poderia se relacionar diminuiu? [Felipe] É sim, bastante, porque quando eu falava que eu era trans as pessoas ficavam tipo: “Hum, legal, não rola então”. E eu ficava: “Eu sou um menino de qualquer jeito! Você gosta de homem, você gosta de mulher? Então, o quê que custa você ficar com um homem trans? É um homem de qualquer jeito!” Só que, na cabeça desse povo, não existe isso não (Boffi; Santos, 2023, p. 05).

Essa dificuldade, segundo os respondentes, decorre do fato de não terem se submetido à cirurgia de redesignação sexual. Essas experiências produzem impacto na saúde mental devido ao desconforto relacionado à materialidade corpórea ser diversa da cisnormatividade. Essa questão corpórea associa pessoas pertencentes ao gênero masculino a terem um pênis. Outra fonte de desconforto é o repúdio social, que está relacionado ao aviltamento, exotização e fetichização de pessoas transgêneras.

Silva *et al.* (2021) discute a ideação suicida (IS) entre travestis e transexuais. Os autores apresentam dados significativos. No mundo, “verificam-se mais de 800 mil suicídios por ano, correspondendo à 1,4% de todas as causas de mortes (11,4 óbitos por 100 mil habitantes)” (p. 4956). No estudo em análise, a prevalência de IS em travestis e transexuais foi de 41,4%, percentual alarmante. A prevalência é maior entre pessoas transgênera que entre pessoas travestis (($p \leq 0,05$).

Esta pesquisa evidenciou alta prevalência de IS entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais no estado do Rio Grande do Norte, associando-se à espiritualidade, níveis depressivos, violência no ambiente escolar, histórico de tentativa pregressa de suicídio e expulsão do núcleo familiar em razão da identidade de gênero. (Silva *et al.*, 2021, p. 4961).

Em Rodrigues *et al.* (2022), o objeto de estudo foi o acesso aos banheiros públicos por mulheres transgênero e travestis, temática recorrente nas redes sociais. Através da análise dos discursos, foram identificados alguns aspectos de destaque. Primeiro, “a estruturação de um sistema de classificação social que posiciona travestis e mulheres

trans em categorias de periculosidade” (Rodrigues *et al.*, 2022, p. 1458). Isso significa que o compartilhamento dos banheiros por mulheres trans e travestis colocariam pessoas heteronormativas em risco.

Essa desigualdade de tratamento social atravessa a vida das mulheres trans e travestis em todas as suas etapas. “A interpelação feita a mulheres trans sobre a utilização de banheiros públicos femininos a partir do argumento de que elas podem violentar mulheres cisgêneras é observada em movimentos feministas” (Rodrigues *et al.*, 2022, p. 1467). Esses grupos defendem que o movimento feminista não deveria integrar mulheres trans e travestis.

Um dos participantes faz a seguinte afirmação “Deveria criar um banheiro pra trans oras, ela não é mulher, é trans!” [sic]; “Banheiro masculino não é seguro para transexual, feminino é direito da mulher ter receio. O certo é fazer uma pra cada gênero” (Idem, p. 1471). A partir dessa fala, destacamos um aspecto pouco mencionado que é o fato de o uso de banheiros ser também um espaço de violência e vulnerabilidade para travestis e mulheres trans.

De acordo com Albuquerque e Souza (2022), para muitas pessoas LGBTQIA+, a escola foi um espaço particularmente propício para experiências de violência. Os relatos apontam vivências relacionadas a:

[...] comentários homofóbicos (93,1%); propagação de rumores e mentiras (61,5%); exclusão (85,7%); agressão física (48,1%); assédio sexual (61,5%); e *cyberbullying* (50%). Entre os 25 participantes que se identificaram como gay, lésbica, bissexual, transgênero ou em dúvida, 80% apontaram incômodo quando sua orientação sexual ou identidade de gênero foi revelada para pessoas da sua escola. 58,6% afirmaram que ouviam comentários homofóbicos feitos por professores ou funcionários da escola, e 30,8% relataram que a equipe escolar nunca tomava alguma atitude quando estava presente durante os comentários homofóbicos. (Albuquerque; Souza, 2022, p. 17).

Para os autores, essa homofobia está presente nas instituições de ensino de várias formas, pode acontecer entre alunos ou abranger também professores ou funcionários da instituição escolar que deveriam educar e proteger os estudantes.

Silva Filho, Nascimento e Castro (2021) analisam a assistência à saúde mental da população trans em dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Segundo os autores:

Identifica-se que, mesmo as equipes compreendendo as demandas de saúde mental de pacientes trans como atreladas à discriminação, à violência e à marginalização, são remanescentes compreensões arraigadas em estereótipos, tal como a de que equidade para pacientes trans implicaria privilégio (Silva Filho; Nascimento; Castro, 2021, p. 56).

O número de pessoas trans que procura o CAPS tem aumentado, e os profissionais da saúde entrevistados reconhecem que ainda há muito preconceito em relação a esse público, o que suscita a necessidade de maior preparo.

Shihadeh, Pessoa e Silva, no artigo *A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+*, de 2021, assim como no estudo anteriormente apresentado, descrevem ações marcadas pela LGBTfobia e pelo desrespeito às pessoas dessa comunidade.

Já Lins e Mesquita (2020, p. 252) “chamam atenção para organização de movimentos sociais trans no Brasil e a compreensão política de travestis e transexuais da cidade de Maceió, que integram a Associação das Travestis e Transexuais de Alagoas (Asttal)”. Os resultados indicaram três categorias: a política institucional, partidária; a política específica do movimento LGBTQIA+; e a política associada à cidadania e às políticas públicas.

Primeiramente, vê-se uma forte crítica aos espaços de representação, pelo desgaste e pelo descrédito das instituições. Parece que esse modelo representativo apresenta saturação e tem sido insuficiente para a sociedade em uma perspectiva mais ampla. Em relação à política específica do movimento LGBTQIA+, “há um entendimento de que a política tradicional ‘contaminou o movimento’ de modo a se reproduzirem no seu interior práticas clientelistas” (Lins; Mesquita, 2020, p. 259). No que se refere à política associada à cidadania e às políticas públicas, a evolução do movimento trans revela uma luta permanente por direitos humanos, já que, como evidenciado em diversos dos trabalhos analisados, pessoas trans são mais vulneráveis a diferentes formas de violência.

3.2 Discussão dos resultados e perspectivas apontadas nos estudos

O trabalho de Lacerda e Azevedo (2024) evidencia a necessidade de fortalecer estratégias que promovam equidade no acesso aos serviços. Isso demanda capacitação profissional para lidar com a diversidade de gênero, a promoção de serviços culturalmente sensíveis sobre as diferentes formas de violência. As autoras também destacam que é imperativo o desenvolvimento de pesquisas de maior alcance, que abordem aspectos como apoio social e discriminação sistêmica, que tem potencial de aclarar aspectos adicionais sobre os perfis de repetição.

Para Dias *et al.* (2024) e Marinho Neto, Tomazelli e Girianelli (2024), é fundamental a implementação de políticas públicas que atendam às demandas dessa população. O que implica a necessidade de maior visibilidade a esses grupos.

Marinho Neto e Girianelli (2024) apontam que a ficha de notificação de violência precisa possibilitar a identificação de toda população LGBTQIA+, pois ainda não são contemplados, por exemplo, os assexuais e intersexos. A pesquisa de Dantas *et al.* (2024) indica a necessidade de construção da noção de transparentalidade, que pode ter consequência no nível social e de saúde.

Lobo *et al.* (2023) defendem a necessidade de divulgar e discutir aspectos que interferem na saúde vinculadas à diversidade de gênero, no sentido de ampliar a visão acerca de especificidades sobre pessoas transgênero. Inclusive para que o Sistema Único de Saúde (SUS) possa exercer seus princípios que são a universalidade, a integralidade e a equidade na atenção à saúde.

No trabalho de Santos e Aléssio (2023), vê-se a premissa de que a inclusão de personagens homossexuais nos jogos eletrônicos pode possibilitar o debate acerca de novos padrões de representatividade que possam ajudar a combater preconceito.

Por intermédio de Boffi e Santos (2023), percebem-se os processos que regulam e modulam as relações amorosas no contexto da transição. Essa compreensão deve possibilitar o planejamento de estratégias de apoio e de cuidado em saúde mental.

Silva *et al.* (2021), ao identificarem ideação suicida em pessoas assistidas por quatro Organizações Não-Governamentais (ONG) do Rio Grande do Norte, possibilita duas percepções: 1) a importância de ações que promovam a prevenção do suicídio e intervenção nessas realidades e que 2) “o caráter associativo e coletivo dos participantes da pesquisa em ONGs pode ter conferido um fator protetivo para o desenvolvimento e rastreamento da ideação suicida” (p. 4965).

A recomendação de Rodrigues *et al.* (2022) diz respeito à “urgência de novos estudos que considerem especificidades geográficas, identitárias e as narrativas de pessoas que vivenciam essas dinâmicas no cotidiano” (p. 1473). A problemática exposta nesse texto, a saber: a criação ou não de espaços exclusivos para travestis e mulheres trans parecem evidenciar um paradoxo. A criação desses espaços pode fortalecer a cisheteronormatividade e o binarismo em espaços como banheiros e prisões. Todavia, em contrapartida, sua criação pode garantir a manutenção da vida dessas pessoas que cotidianamente têm seus direitos violados, são insultadas e violentadas.

Em Silva Filho, Nascimento e Castro (2021), nota-se novamente a menção à formação dos profissionais de saúde para um acolhimento humanizado, capaz de superar os equívocos e preconceitos relativos ao atendimento de pessoas transgêneras. Shihadeh, Pessoa e Silva (2021) também abordam a necessidade de capacitações, diálogos e respeito a legislações que amparam o atendimento em saúde de forma ampliada.

Lins e Mesquita (2020), ao analisarem a compreensão política de travestis e transexuais que participam de uma Associação, permitem a reflexão sobre o quanto a experiência da militância pode ser utilizada como ferramenta de fortalecimento de uma coletividade.

3.3 Intervenções educacionais

Hentges *et al.* (2024) apontam a necessidade de prevenir a violência contra mulheres transgênero. Para isso, defendem o desenvolvimento de políticas públicas que

abordem fundamentalmente a transfobia, de modo institucional e intersetorial com gestores de instituições de educação, saúde e segurança.

A implementação de políticas públicas educacionais que garantam o acesso, a permanência e o êxito de estudantes transgênero e combatam a transfobia são fundamentais. Algumas possibilidades vêm sendo apontadas, como uma lei federal que garantisse a políticas de cotas destinada a pessoas transgêneras. Atualmente, as cotas são implementadas a partir de iniciativas municipais, estaduais ou políticas internas de organizações públicas ou privadas.

A educação, então, emerge como importante espaço formativo. O processo de inclusão pressupõe políticas públicas que contemplem pessoas com deficiência (PcD), pessoas LGBTQIA+, pessoas negras e pessoas indígenas.

Para que a escola possa oferecer um ambiente inclusivo e seguro, é fundamental investir na formação de professores. Uma vez que a falta de conhecimento e a sensibilização sobre a diversidade de gênero pode gerar preconceito e discriminação. A fala que segue, de uma aluna, ilustra a necessidade de formação: “Se a gente ficasse só aqui, com o que a gente aprende na escola a gente nunca ia saber que existia uma transexual lésbica.” (Bonfim; Ribeiro, 2020, p. 8)

Essas formações precisam abordar conceitos como identidade de gênero e identidade sexual, permitindo aos professores entenderem as experiências de pessoas transgêneras. É necessário também conhecer as leis e normas que protegem os direitos dessas pessoas, como o direito ao nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero (Decreto nº 8.727/2016). Deve ainda contemplar estratégias pedagógicas que atendam necessidades específicas e respeitem a diversidade.

Ao apontar a escola como um espaço muitas vezes de violência homofóbica, Albuquerque e Souza (2022) fazem algumas sugestões relativas ao currículo escolar, que poderia permitir a adoção de estratégias pedagógicas variadas como *antibullying* e a defesa de uma política educacional centrada nos direitos humanos.

Em relação ao currículo, destacamos também a necessidade da inclusão de conteúdos sobre gênero e diversidade. A exemplo do que foi conquistado através da Lei

10.639, que reforçou a importância de abordar a história e cultura afro-brasileira, assim como a diversidade étnica e racial.

É premente o desenvolvimento de materiais didáticos, como livros, *softwares*, vídeos e jogos educativos e o uso das produções já existentes. Destaca-se ainda proposição de atividades que permitam a construção ou transformação do espaço escolar em um ambiente inclusivo.

Quadro 4 — Atividades para promoção da inclusão

Atividade	Ação
Roda de Conversa	Espaços para que os alunos possam compartilhar experiências e aprender a respeitar a diversidade
Clube de leitura	Leitura de textos literários que abordam personagens LGBTQIA+
Campanhas de Conscientização	Ações que promovam a inclusão e combatam preconceitos e estereótipos
Canais de Denúncia	Mecanismos para que os alunos possam denunciar casos de <i>bullying</i> ou discriminação
Comitês de Diversidade	Grupos de alunos e professores que atuam na promoção da inclusão
Palestras e eventos	Convidar representantes de grupos de apoio e ativistas para compartilhar experiências e conhecimentos
Parcerias com famílias	Participação das famílias em projetos sobre diversidade
Pesquisas	Para coletar informações sobre a percepção e as demandas de alunos, professores e pais
Avaliação	Produzir sínteses com os resultados das análises de todas as ações e partilha com a comunidade

Fonte: Elaborado pelas autoras

A adoção dessas atividades potencializa um ambiente educacional que acolhe a diversidade, combate o preconceito e previne a violência, amplia o conhecimento sobre o tema, o estabelecimento de parcerias com a comunidade, além da avaliação e acompanhamento dos avanços.

4 Considerações finais

20

Para essa pesquisa, a pergunta norteadora foi: como a violência contra pessoas transgêneras tem sido abordada nas pesquisas científicas? Identificamos 3 categorias: estudos que abordaram perfis sociodemográficos e temporal da violência, tipos de violência e sofrimento psíquico.

Os trabalhos que apresentaram perfis sociodemográficos e temporal da violência contra pessoas LGBTQIA+ permitem compreender as características das vítimas e agressores e a distribuição de casos pelo país. Nos tipos de violência, destacam-se a homofobia, a violência inter e intrapessoal e a autoprovocada. No tocante ao sofrimento psíquico, percebe-se a vulnerabilidade de pessoas transgênera, inclusive com casos de depressão e ideação suicida.

Destaca-se a importância de abordar essa temática nas instituições educacionais. Bonfim e Mesquita (2020) publicaram um texto com tema instigante, *Nunca falaram disso na escola: um debate com jovens sobre gênero e diversidade*, o objetivo foi analisar as formas de participação de jovens em discussões sobre gênero e sexualidade na instituição escolar. A pesquisa aponta dados preocupantes: “A instituição escolar aparece como um dos principais espaços onde pessoas LGBTs declaram ter sofrido, ou ainda sofrem com as violências” (Bonfim; Mesquita, 2020, p. 3).

É preciso discutir gênero em diversos espaços e dar visibilidade a todas as pessoas. Nas escolas, o tema foi marginalizado a partir das formulações sobre “ideologia de gênero”:

No Brasil, desde 2014 o combate à “ideologia de gênero” tem sido utilizado por distintos grupos como estratégia de mobilização pela retirada das menções de gênero e orientação sexual dos documentos que regulamentam diretrizes e traçam estratégias para a construção de uma escola democrática. (Bonfim; Mesquita, 2020, p. 02).

A resistência à chamada “ideologia de gênero” tem sido utilizada como principal argumento para defender que a função da escola se limita à transmissão de conteúdo. Todavia, os textos analisados indicam a necessidade de implementação de políticas

públicas que atendam às demandas da população LGBTQIA+, o que exige maior visibilidade para esses grupos e melhorias na qualificação de profissionais de diferentes setores, como educação, saúde e segurança. Destaca-se, ainda, a importância de conhecer os perfis recorrentes de vítimas e agressores, bem como os locais de maior incidência de violência, a fim de desenvolver estratégias eficazes de formação e prevenção.

Desse modo, as pesquisas futuras podem estabelecer de forma mais direta a relação entre pessoas LGBTQIA+ e a escola, contemplando a formação de professores, o papel da escola no enfrentamento da violência contra pessoas transgênero, inclusão de conteúdos sobre gênero e diversidade no currículo, políticas educacionais afirmativas para população LGBTQIA+. Tudo isto, de forma persistente, pode prevenir a violência.

Referências

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de, SOUZA, Daniel Alberto Assis. Relembrando os tempos de escola: a homofobia na perspectiva de estudantes universitários. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, N. 1, v.13, p. 17-29, jan./jun., 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1357547>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília: ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Percepções e Expectativas de Homens Trans Acerca dos Relacionamentos Afetivo-Sexuais Pós-Transição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 01-17, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1448939>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BONFIM, Juliano; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Nunca falaram disso na escola...: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. **Psicologia e Sociedade**, n. 32, p. 01-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/V3HY8znBRsnFzhghQGWK9jh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BUTLER, Judith P. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATELAN, Ramiro Figueiredo; SARDINHA, Aline (orgs.). **Manual de Gênero e Sexualidade na Psicoterapia**: fundamentos teóricos e intervenções clínicas. Novo Hamburgo: Editora Sinopsys, 2023.

CERQUEIRA D, BUENO, S. **Atlas da Violência 2023**. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP; 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/250/atlas-da-violencia-2023>. Acesso em: 17 mar. 2025.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

DANTAS, Daniela dos Santos. Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans 1 que engravidaram antes da transição de gênero. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 29, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-38655967>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DIAS, Wiler de Paula *et al.* Pessoas trans e travestis em situação de rua em Salvador: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e de acesso aos serviços socioassistenciais e de saúde, 2021 e 2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, n. 33, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-39813583>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FÁVERO, Sofia; MARINI, Marine Bataglin. Uma Teoria Psicológica Transfeminista: Sobrevivendo aos Escombros da Saúde Mental Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 01-14, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1431125>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FREITAS, Sandra; BERMÚDEZ, Ximena Pamela Díaz; MÉRCHAN-HAMANN, Edgar. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3w9jBmwRyp7yzFNBy4cSpYv/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HENTGES, Bruna. Violência sexual durante a vida em mulheres trans e travestis (MTT) no Brasil: Prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, n. 24, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-39166585>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LACERDA, Diva Furtado; AZEVEDO, Monarko Nunes de. Violência por parceiros íntimos em pessoas transgênero no Brasil: estudo transversal, 2015-2021. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, n. 33, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-39813455>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LINS, Carolina C.; MESQUITA, Marcos R. A compreensão da política por militantes do movimento trans alagoano. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, n. 22, v. 1, p. 251-269., jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1098544>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LOURO, Guacira Lopes *et al.* (org). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOBO, Bernardo Haylan de Souza do Carmo *et al.* A transfobia como doença social: discursos de vulnerabilidades em homens trans e pessoas transmasculinas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, n. 76, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-38558029>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MARINHO NETO, Kelly Roberta Estrela; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Tendência temporal e características das notificações de violências autoprovocada e interpessoal na população transgênera nos municípios brasileiros, 2015-2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, n. 33, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-39661782>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MARINHO NETO, Kelly Roberta Estrela; GIRIANELLI Vania Reis. Violência interpessoal em mulheres transgêneras e cisgêneras 1 nos municípios brasileiros: tendências e características. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 29, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-38958312>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MIRANDA, Tiago. **Comissão aprova pena maior para homicídio que envolver discriminação contra população LGBTI+**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1080901-comissao-aprova-pena-maior-para-homicidio-que-envolver-discriminacao-contr-populacao-lgbti/>. Acesso em: : 17 mar. 2025.

RODRIGUES, Pedro Luiz Rocha *et al.* **Corpos em Disputa: Experiências de Travestis e Mulheres Trans no Acesso aos Banheiros Públicos**. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. spe, v. 22, p. 1458-1478, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1428526>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTOS, Victor Hugo da Silva; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Expressões de Homofobia e Conflito Intergrupar entre Fãs de League of Legends. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 01-13, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1529217>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SHIHADDEH, Nizar Amin; PESSOA, Elisângela Maia; SILVA, Fabiane Ferreira da. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes

da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 58, p., jan/jun, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1150841>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, Glauber Weder dos Santos *et.al.* Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 26, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-34787189>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA FILHO, José Bernardes da, NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto do; CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de. Pacientes Trans e Cuidado Multiprofissional em Centros de Atendimento Psicossocial. **Revista Polis e Psique**, v. 11, n. 3, p. 56-80, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1517455>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, Nathália Leal *et al.* Identidade social da pessoa transgênero: análise do conceito e proposição do diagnóstico de enfermagem, **Revista Brasileira de Enfermagem**, n. 73, p. 01-08, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TPH8W4hr8MGxVRzkW3TbkKq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2025.

XEREZ, Gioras. **Relembre a história de Dandara dos Santos, travesti que dá nome ao projeto de lei que aumenta a pena de LGBTcídio**. Ceará: G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/07/06/relembre-a-historia-de-dandara-dos-santos-travesti-que-da-nome-ao-projeto-de-lei-que-aumenta-a-pena-de-lgbticidio.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ⁱ **Iasminny Loiola Teixeira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5793-1322>

Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Curso de Psicologia
Mestra em Psicologia (UNIFOR), Especialista em Psicologia Aplicada à Educação (URCA) Graduada em Psicologia (UNILEÃO). Professora da Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Sexualidade e Psicologia (LABGESP).
Contribuição de autoria: Revisão e edição do artigo.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0099371854370163>
E-mail: iasminnyloiolapsi@gmail.com

ii **Keila Andrade Haiashida**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3700-9589>

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), Curso de Pedagogia Doutora em Geografia (UECE), Mestra em Educação (UFC), Graduada em Pedagogia (UFC), Graduada em Psicologia (UNINASSAU). Professora Adjunta da UECE e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN).

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados e Escrita.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7365549922021470>

E-mail: keila.haiashida@uece.br

iii **Priscila Andrade Haiashida**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4204-7604>

Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Curso de Psicologia

Graduada em Gestão de Negócios em Hotelaria e Turismo (UVA); Graduada em Psicologia (UNINASSAU).

Contribuição de autoria: Escrita – Primeira Redação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6619410956443709>.

E-mail: priscilapaixao@gmail.com

Editora responsável: Francisca Genifer Andrade de Sousa.

Especialista *ad hoc*: Rodrigo Luis dos Santos e Eli Conceição Vasconcelos Tapajós.

Como citar este artigo (ABNT):

HAIASHIDA, Keila Andrade; HAIASHIDA, Priscila Andrade; TEIXEIRA, Iasminny Loiola. Violências contra pessoas transgênero no Brasil: uma revisão integrativa. **Rev.Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15305, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15305>

Recebido em 29 de março de 2025.

Aceito em 13 de maio de 2025.

Publicado em 28 de agosto de 2025.